

## **REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO APRESENTADOS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **CONSIDERATIONS ON THE CONCEPT OF ALPHABETIZATION AND LITERATENESS PRESENTED BY THE CHILDHOOD EDUCATORS**

Maria Angélica Olivo Francisco Lucas<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O objetivo deste artigo é expor e analisar conceitos de alfabetização e letramento apresentados por professoras de educação infantil. Pautando-nos em Soares (1998; 2004), concebemos alfabetização como processo de aprendizagem de habilidades necessárias aos atos de ler e escrever e letramento como estado ou condição do sujeito que incorpora práticas sociais de leitura e escrita. Assim entendidos, os termos alfabetização e letramento não são sinônimos. Trata-se de processos distintos que, contudo, ocorrem de forma indissociável e interdependente. Participaram da pesquisa professores, em sua maioria com formação em nível superior, que atuam em instituições públicas de educação infantil. A coleta dos dados empíricos foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas. O conjunto das respostas, apresentadas sob a forma de excertos, permitiu-nos compreender a forma como os professores compreendem a relação entre os processos de alfabetização e letramento. Ao falar sobre alfabetização, nenhuma professora mencionou o processo de letramento. No entanto, ao revelarem como entendem o processo de letramento, a maioria relacionou-o à alfabetização, ora considerando-os sinônimos, ora confundindo um com o outro, ora percebendo diferenças entre ambos, mas não as delimitando com clareza. Em função do perfil dos sujeitos da pesquisa foi possível inferirmos acerca dos projetos curriculares dos cursos de Pedagogia, reconhecendo a necessidade de encontrarmos outro modelo de formação inicial e continuada. Defendemos que tal tarefa requer formação sistemática com grau de profundidade que permita compreender a relação entre os processos de alfabetização e letramento e políticas públicas comprometidas com esse tipo de formação.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Letramento. Educação infantil. Formação de professores.

#### **Abstract**

The objective of this article is to expose and analyze the concepts of alphabetization and literateness presented by the childhood educators. Based on Soares (1998-2004) we conceived alphabetization as a learning process and acquired skills necessary to the act of reading and writing as a state and condition of the person who incorporates the social practice of reading and writing. Thus understanding that the terms of alphabetization and literateness are not synonyms. It refers to distinct processes that, nevertheless, occur in an interdependent and inseparable ways. The educators who took part in this research are people who have a higher education, who are working in public institutions which are involved in childhood Education. The collecting of the empirical data was done through partly structured interviews. The set of answers presented through excerpts, allowed us to understand the way the teachers comprehend the relation between the process of alphabetization and literateness. As the interviewed teachers spoke about alphabetization none of them mentioned the literateness process. Nevertheless, as they revealed how they understood the literateness process, the majority related it to alphabetization, at one moment considering them synonyms, at another moment, confusing one with the other, at times, noticing the difference between both of them but not delimitating them clearly. Due to the profile of the people subjected to the interview it was possible to conclude that the curricular projects of the Pedagogy Courses recognize the need to find another model for initial and continued Education. We advocate that such a task requires a systematic Education with a certain degree of depth which would allow us to understand the relation between the process of alphabetization and literateness and public policies committed to this kind of Education.

**Key Words:** Alphabetization. Literateness. Childhood education. Teacher's education.

---

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação/USP. Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação/Universidade Estadual de Maringá.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, expomos e analisamos conceitos de alfabetização e letramento apresentados por professoras de educação infantil. Tais análises fazem parte de um estudo mais amplo que objetivou “investigar como os professores de educação infantil compreendem as orientações teóricas e metodológicas fornecidas pela produção bibliográfica voltada para esse nível de ensino sobre os processos de alfabetização e letramento” (LUCAS, 2009, p.16). Esse estudo foi motivado pela necessidade de entender a dificuldade encontrada por professoras do nível de ensino mencionado em justificar, teórica e metodologicamente, aos estagiários do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), as práticas de alfabetização e letramento por elas desenvolvidas. Essa situação nos instigou porque a considerávamos incompatível com o nível de formação de tais professoras.

Realizamos tal investigação subsidiados pelos pressupostos da teoria histórico-cultural. Assim, entendemos a educação como condição universal do desenvolvimento humano. Isso quer dizer que não podemos pensar o processo de humanização sem estabelecer uma relação imediata com a forma pela qual ocorre a transmissão cultural em uma dada sociedade. Na nossa, o caminho encontrado para tal tarefa foi via escola, instituição responsável por possibilitar a apropriação pelos alunos dos bens culturais produzidos pela humanidade.

Acreditamos que esse processo de apropriação da cultura não ocorre de forma direta, pois depende, fundamentalmente, de uma organização regida sob a responsabilidade do professor. Por isso, concebemos a mediação pedagógica como condição maior do trabalho docente, inclusive dos profissionais que atuam na educação infantil. Nessas condições, a prática pedagógica requer intencionalidade, no sentido de ter como referência o produto final de sua ação perante as crianças, e sistematicidade, compreendida como organização e sequenciação necessárias para que os objetivos traçados sejam alcançados. Dessa forma, cabe ao professor ampliar e qualificar aquilo que foi iniciado pelas crianças para garantir que elas se apropriem das máximas capacidades humanas de um dado momento da história.

Logo, para a consecução da análise ora proposta acerca dos conceitos de alfabetização e letramento apresentados por professoras de educação infantil, consideramos a ideia de intencionalidade e sistematicidade do trabalho desenvolvido dentro de instituições de educação infantil – garantindo as especificidades de cada faixa etária – como forma de nos opor ao trabalho pautado no espontaneísmo e no assistencialismo, característicos do atendimento historicamente proposto à educação das crianças pequenas. Em conformidade com o objeto de análise deste artigo – conceitos de alfabetização e letramento – a intencionalidade e a sistematicidade mostram-se, indiscutivelmente, necessárias. Isto porque os processos de alfabetização e letramento dizem respeito ao domínio de habilidades que não podem ser naturalmente conquistadas, uma vez que, por envolverem conteúdos complexos e resultantes de convenções socialmente estabelecidas, exigem a ação de um mediador competente.

Com base nos esclarecimentos acima expostos, apresentaremos, primeiramente, algumas reflexões acerca da relação entre alfabetização e letramento.

## A RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Pautando-nos em Soares (1998), concebemos a alfabetização como um processo de aprendizagem de habilidades necessárias para os atos de ler e escrever, e o letramento como o estado ou a condição do sujeito que incorpora práticas sociais de leitura e escrita. Nessa ótica, os termos alfabetização e letramento não são sinônimos. Trata-se de dois processos distintos que, contudo, ocorrem de forma indissociável e interdependente:

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004, p.14). [Destacues do autor]

No Brasil, tenta-se conceituar e diferenciar esses dois processos desde a década de 1980,

quando o foco da discussão era o problema da evasão escolar e da repetência, principalmente da 1ª para a 2ª série. Todavia, segundo Soares (2004), além dos censos demográficos e da mídia, a produção acadêmica brasileira sobre alfabetização provocou uma tendência em aproximar tais conceitos, mesmo que a intenção tenha sido diferenciá-los, gerando, em algumas situações, a fusão entre eles, e produzindo, em determinados casos, confusão entre ambos, a ponto de diluir a especificidade do processo de alfabetização.

Há, portanto, relação entre o histórico fracasso das escolas brasileiras em ensinar seus alunos a ler, escrever e fazer uso competente dessas habilidades e a referida perda de especificidade dos processos de alfabetização e letramento. Quando as crianças eram alfabetizadas pelos métodos tradicionais, valorizava-se a apropriação do sistema de escrita. Contudo, principalmente na década de 1980, essa especificidade foi muito criticada e vista como causa da incapacidade das escolas brasileiras em alfabetizar. Em razão disso, a apropriação do sistema de escrita foi considerada desnecessária, passando-se a enfatizar o convívio da criança com a linguagem escrita.

Podemos apontar, apoiando-nos em Soares (2004), algumas causas de natureza pedagógica para essa perda de especificidade do processo de alfabetização, tais como: a reorganização do tempo escolar por meio do sistema de ciclos, e a implantação da progressão continuada. Todavia, no entender da referida autora, a causa maior para tal perda foi “[...] a mudança conceitual a respeito da aprendizagem da língua escrita que se difundiu no Brasil a partir de meados dos anos 1980” (SOARES, 2004, p.9). Ela está se referindo à implantação, em grande parte de nossas escolas – mesmo que em nível de ideário –, da perspectiva construtivista, baseada nas pesquisas realizadas por Emília Ferreiro e colaboradores. Essa perspectiva, ao criticar a forma como a escrita era apresentada à criança, enfatizando-se a associação entre letras e sons, e, desse modo, transformando-a em um recurso meramente escolar, rompeu com as teorias subjacentes aos chamados “métodos tradicionais de alfabetização” e alterou profundamente a concepção de alfabetização, que passou a ser vista como um processo de construção da representação da língua escrita pela criança, cujo início ocorre antes de ela ingressar na escola, desde que esteja exposta a manifestações de leitura e escrita (FERREIRO,

1988). Segundo Soares (2004), esse momento corresponde ao **movimento de redefinição do conceito de alfabetização**, o qual passou a ser visto em sentido amplo.

Concordamos com Soares (2004), quando afirma que não se podem negar as contribuições que a perspectiva construtivista trouxe para a compreensão do processo de alfabetização. No entanto, afirma a autora, tal perspectiva, que à época foi muito difundida e subsidiou parte significativa da produção bibliográfica brasileira sobre alfabetização, conduziu a equívocos e a falsas inferências que ajudam a explicar a perda de especificidade do processo de alfabetização, tais como:

- desconsiderar a necessidade de um método para alfabetizar;
- dirigir o foco para o processo de construção do sistema de escrita pela criança, esquecendo que este se constitui de relações convencionais e arbitrárias entre fonemas e grafemas;
- crer que o convívio intenso com materiais escritos utilizados nas mais diversas práticas sociais seja suficiente para alfabetizar a criança.

Esses equívocos e falsas inferências fizeram com que o processo de alfabetização fosse, de certa forma, ofuscado pelo de letramento, ou seja, ao se conceituar o processo de alfabetização de forma ampla – incorporando os usos sociais da linguagem escrita –, priorizou-se o processo de letramento em detrimento do de alfabetização, que acabou obscurecido, perdendo sua especificidade.

Essa situação gerou uma inusitada forma de fracasso escolar, denunciado por avaliações externas à escola, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Esses sistemas de avaliação revelaram que há muitos alunos não alfabetizados ou semialfabetizados matriculados em todas as séries do ensino fundamental, inclusive no ensino médio.

Diante das críticas a esse movimento que não produziu os resultados esperados, pois as crianças continuaram sem aprender a ler e escrever, apenas tendo sido promovidas de uma série ou ciclo a outro, iniciou-se outro movimento, que busca

recuperar a especificidade do processo de alfabetização. Para Soares (2003b, 2004), trata-se do **movimento de reinvenção da alfabetização**, o qual salienta a necessidade de orientar as crianças de forma sistemática na aprendizagem do sistema de escrita: “É a retomada da aquisição do sistema alfabético e ortográfico pela criança nas suas relações com o sistema fonológico” (SOARES, 2003a, p.21).

Contudo, a autora alerta para os riscos que advém desse movimento. Ele pode ser um retrocesso se o processo de alfabetização for tratado de forma dissociada do processo de letramento. Por isso, não negamos a necessidade de recuperar a especificidade da alfabetização, desde que se reconheça a relação de indissociabilidade e interdependência existente entre tais processos.

Essa forma de compreender a relação entre os processos de alfabetização e letramento é importante, uma vez que cada um desses tem diferentes facetas cujas distintas naturezas requerem metodologias de ensino diferentes. Para algumas, não há como abrir mão de metodologias dotadas de intencionalidade e sistematização, como é o caso, por exemplo, da consciência fonológica e fonêmica e da identificação das relações fonema-grafema – habilidades necessárias para a codificação e decodificação da língua escrita. Nessas situações, é imprescindível a presença do professor organizando o ensino com objetivos claros e definidos.

Para outras facetas, além de intencionais e sistematizadas, é possível recorrer a metodologias indiretas, subordinadas às possibilidades e motivações das crianças. É o caso da situação em que se pretende imergi-las no mundo da escrita, promover experiências variadas com a leitura e a escrita, conhecer diferentes tipos e gêneros de material escrito e interagir com eles (SOARES, 2004).

É por isso que defendemos a necessidade de haver, na prática pedagógica que visa à aprendizagem inicial da linguagem escrita, uma relação de equilíbrio e complementaridade entre os processos de alfabetização e letramento. Respalda-nos em Soares (2004; 2003a), denominamos tal relação como **movimento de diferenciação dos conceitos de alfabetização e letramento**. Com base nesse entendimento a respeito da relação entre alfabetização e letramento que analisaremos algumas formas de conceituar tais processos, apresentadas por um

grupo de professoras de educação infantil, cujo perfil demonstramos a seguir.

### SUJEITOS DA PESQUISA – PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Em conformidade com as orientações fornecidas por Triviños (1987) a respeito da realização de pesquisas qualitativas, utilizamos um questionário com o objetivo de obter informações que permitissem caracterizar os sujeitos da pesquisa. Foram colhidas informações sobre a *situação funcional, formação e experiência profissional* de cada sujeito da pesquisa.

Participaram do estudo 14 professoras pertencentes à rede pública de ensino de um município do noroeste do Paraná-BR que, no ano letivo de 2007, atuaram em diferentes centros municipais de educação infantil localizados em bairros distantes um do outro. Quanto à *situação funcional*, todas as professoras eram funcionárias públicas, aprovadas em concurso para professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental e a maioria (11) cumpria duas jornadas de trabalho em instituições públicas de educação infantil.

Em relação à *formação profissional*, os dados revelaram que a maioria das professoras que compuseram a amostra (13) cursou o magistério (ensino médio). No que diz respeito à formação em nível superior, das 14 professoras da amostra, apenas uma não possuía curso superior. Entre as demais, 10 já haviam concluído uma graduação (sete em Pedagogia, um em História, um em Letras, um em Normal Superior) e quatro estavam cursando Normal Superior, modalidade a distância. Vale salientar que, para uma dessas últimas, esse curso constituía-se em uma segunda graduação.

Quanto à *experiência profissional*, os dados indicaram que os sujeitos da pesquisa atuavam exclusivamente no campo educacional. O tempo de experiência no magistério variou entre três e 20 anos e, como professora de educação infantil, entre três e quatro anos.

Em síntese, os sujeitos dessa pesquisa têm um perfil diferenciado da maioria dos profissionais que atuam na educação infantil pelo Brasil afora. São professoras cuja idade varia entre 23 e 52 anos, que possuem formação além da mínima exigida pela atual LDB, com considerável experiência profissional no campo da

educação e, em especial, na educação infantil, que adquiriram estabilidade no emprego por meio de concurso público e se dedicam exclusivamente ao magistério.

### **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEPÇÕES DE PROFESSORAS**

Os dados a respeito das concepções de alfabetização e letramento das professoras que participaram da pesquisa foram colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas. Elas foram realizadas individualmente, visando apreender a opinião de cada sujeito da amostra a respeito das seguintes temáticas: função da educação infantil; conceito de alfabetização; conceito de letramento; práticas de alfabetização e letramento. Relembramos que, neste artigo, vamos nos referir somente aos dados que dizem respeito aos conceitos de alfabetização e letramento.

Trabalhamos com excertos das respostas das 14 professoras entrevistadas com o objetivo de evidenciar as análises realizadas. Apresentamos tais respostas, evitando identificação pessoal e, em função da quantidade de sujeitos, optamos por enumerá-los. Assim, a primeira professora entrevistada foi chamada de PE-1 (professora entrevistada nº 1), a segunda de PE-2 e assim sucessivamente. Avisamos que não será possível analisar as respostas de todas as professoras entrevistadas pelo limite deste artigo.

Apresentaremos, primeiramente, as respostas que nos permitem analisar como as professoras entrevistadas compreendem o processo de alfabetização. Posteriormente, as que dizem respeito ao de letramento. Adiantamos que, ao falar sobre alfabetização, nenhuma professora mencionou o processo de letramento, devido ao fato de concebê-lo em sentido amplo. No entanto, ao revelarem como entendem o processo de letramento, a maioria das professoras entrevistadas relacionou-o à alfabetização, ora aproximando os dois processos, a ponto de considerá-los sinônimos, ora confundindo um com o outro, ora percebendo diferenças entre ambos, apesar de não conseguirem delimitá-las com clareza.

As professoras entrevistadas, ao responderem à pergunta sobre o modo como compreendem o processo de alfabetização, formularam conceitos abrangentes, indicando que o concebem como algo que vai “além de” ensinar a codificar sons em sinais gráficos e decodificar esses sinais em

sons novamente. A resposta da PE-7 exemplifica essa forma de compreender o processo de alfabetização:

*Alfabetização é mais que a criança decodificar códigos. Estar alfabetizada é entender as coisas no todo. Não é só a escrita, não é só a leitura. [...] Eu acho que alfabetização não é só saber ler e escrever. Estar alfabetizada é compreender as coisas que a rodeiam. (PE-7)*

Ao afirmar que “alfabetização não é só saber ler e escrever”, PE-7 revela que absorveu o movimento de redefinição do conceito de alfabetização, o qual passou a ser concebido de forma ampla, no período em que os métodos analíticos e sintéticos utilizados para ensinar a ler e escrever foram severamente criticados. Tais críticas incidiam sobre a forma limitada com que a escrita era apresentada à criança, enfatizando-se a associação entre letras e sons, de modo a transformá-la em um recurso útil somente para a escola. Em função dos insuficientes resultados dessa maneira de alfabetizar as crianças que se revelaram, nas décadas de 1970 e 1980, sob a forma de repetência e evasão escolar, urgia redefinir o conceito de alfabetização.

Desse modo, passou-se a diferenciar alfabetização em sentido estrito e em sentido amplo. O primeiro corresponde ao desenvolvimento da capacidade de codificar e decodificar; o segundo como algo que extrapola a aprendizagem do sistema de escrita, pois envolve a compreensão do seu significado, seus fins e suas funções. Vejamos algumas respostas que indicam proximidade com essa forma de compreender o conceito de alfabetização:

*Alfabetizar vai muito além de decodificar e escrever palavras. Além de conseguirem decodificar, eles têm que conseguir interpretar situações, usar essa leitura para a vida deles. Se eles já sabem ler, vão ler uma receita e usá-la. Alfabetizar vai muito além de ensinar letras e números para as crianças. Elas têm que saber usar aquilo, tirar proveito para a sua vida. Não é só saber o alfabeto, não é só saber decodificar. Não adianta ensinar letras, sílabas, palavras ou até textos que não vão servir para nada. (PE-4)*

*Alfabetizar, para mim, é levar a criança a conhecer o mundo através da escrita, da leitura. É levá-la a compreender o que está acontecendo ao seu redor, saber o significado das coisas. (PE-12)*

*Alfabetizar é criar condições para que as crianças consigam ler, escrever e interpretar não apenas o que eles lêem, mas as diversas situações da vida. (PE-14)*

Admitimos, tal como PE-4, PE-12 e PE-14, a possibilidade de realizarmos leituras de outros materiais que não primam pela linguagem escrita (melodias, pinturas, esculturas) e que, em muitas situações da vida cotidiana, é necessário “ler” o que acontece ao nosso redor. Pesquisas sobre letramento já demonstraram que um sujeito analfabeto – privado do conhecimento do alfabeto, da leitura e da escrita – pode ler e compreender o mundo em que vive, participando de práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Segundo Tfouni (1988), não há, na nossa sociedade, sujeitos com grau zero de letramento, visto que existem muitos níveis de letramento. Isso quer dizer que um sujeito pode ser analfabeto, porém “ler” inúmeras situações do seu dia-a-dia e participar de práticas sociais que exigem leitura e escrita. Essas explicações nos revelam como as professoras acima mencionadas, ao expandirem o conceito de alfabetização, aproximaram-no do de letramento, confirmando o movimento de redefinição do conceito de alfabetização, que levou à perda da especificidade desse processo, como denunciado por Soares (2004).

As respostas transcritas a seguir também demonstram o quanto o conceito de alfabetização foi ampliado pelas professoras entrevistadas, a ponto de gerar equívocos teórico-metodológicos e tornar-se um jargão, devido à ausência de conteúdo que lhes permitisse elaborar uma definição mais precisa.

*Alfabetizar é mostrar os caminhos para a criança através de tudo, reconhecendo o seu nome, o nome dos amigos... Alfabetizar é tudo. (PE-1)*

*Eu acho que tudo envolve a alfabetização. É a criança ver uma bola e saber que é uma bola. Isto já é uma maneira de alfabetizar. (PE-2)*

*Tudo é uma alfabetização. [...] Eu acho que tudo é um aprendizado e todo aprendizado é uma alfabetização, sem escrita, sem leitura, mas é uma forma de alfabetizar. (PE-3)*

Se partirmos das premissas de que “alfabetizar é tudo”, “tudo envolve a alfabetização” e “todo aprendizado é uma alfabetização”, corremos alguns riscos, como demonstram os pressupostos da teoria histórico-cultural anunciados no início deste artigo. Dentre esses riscos, podemos mencionar o fato de não considerar necessário revestir de intencionalidade as ações realizadas nas instituições de educação infantil; de acreditar que o trabalho com crianças pequenas dispensa sistematização, pois basta propor algo a ser feito com elas, não importa “o que”, “como” e “para que”; e de considerar que toda atividade realizada com as crianças, independentemente da idade, teria como finalidade alfabetizá-la.

Como decorrência do movimento de redefinição do conceito de alfabetização, que defende a apropriação dos atos de ler e escrever como uma aprendizagem conceitual, algumas professoras indicaram que se trata de um processo cujo início antecede o ingresso no ensino fundamental, como podemos observar abaixo:

*Alfabetização começa desde quando a gente nasce. (PE-3)*

*Eu acho que alfabetização começa desde o berçário. Porque a partir do momento que você passa para criança entender, por exemplo, o que é uma planta, um animal, um ser humano, você está, de certa forma, alfabetizando esta criança. Até o alfabeto, até a palavra, o que significa a palavra. Tudo isso é alfabetizar. Mesmo que não seja pela escrita, mas você está alfabetizando através da fala. (PE-11)*

Se o processo de alfabetização “é tudo” e “não tem uma data para começar”, já que “começa desde quando a gente nasce”, que práticas podem ser realizadas com as crianças nos centros municipais de educação infantil? A entrevistada PE-10, diante da dificuldade em elaborar uma definição para o processo de alfabetização, preferiu responder a essa questão, relatando

algumas práticas pedagógicas que envolvem a linguagem escrita:

*No berçário, a professora fez cartazes sobre o que as crianças do berçário comem, vestem. Ela conta história e mostra as gravuras mostrando onde está o começo, o meio e o fim. Querendo ou não, ela já está mostrando isto para a criança. As crianças estão, desde cedo, aprendendo que para escrever tem uma sequência. Ela não está ensinando isto para a criança lá no berçário, mas de uma forma lúdica, a criança vai internalizando aquilo. E quando ela for escrever vai ser muito mais tranquilo porque ela já tem aquilo interiorizado: quando eu ouço historinha sempre tem um começo, meio e fim, sempre acontece alguma coisa no final, tem um jeito de começar. (PE-10).*

A resposta elaborada pela PE-10 indica transposição do trabalho comumente realizado com os níveis posteriores de ensino para a pré-escola e, desta, para o berçário e o maternal. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que muitas instituições de educação infantil, na tentativa de superar o estigma assistencialista, acabam seguindo o modelo de escola característico do ensino fundamental. É por isso que quando as professoras entrevistadas admitem a necessidade de oportunizar as crianças o contato com o mundo do conhecimento – definindo essa situação como alfabetização e/ou letramento –, acreditam que, de alguma forma, isso lhes confere a possibilidade de aprender, inclusive, a ler e escrever.

Entendemos, porém, que não basta colocar a criança em contato com o conhecimento para que este seja por ela apropriado. No caso da linguagem escrita, não é suficiente mostrar cartazes e gravuras, solicitar que as crianças copiem o seu nome, contar história, como sugere PE-10, para que elas aprendam a ler e a escrever ou para promover situações por meio das quais elas conheçam diferentes práticas sociais de leitura e escrita. Não estamos dizendo com isso que esse trabalho seja desnecessário; estamos apenas afirmando que consideramos imprescindível que o professor organize e sistematize o ensino, tanto para alfabetizar quanto para letrar.

Nas respostas das professoras que explicam como compreendem o processo de **letramento**, foi comum o uso de expressões que denotam dúvida, imprecisão, desconhecimento, tais como: “eu não sei responder”; “eu penso que”; “eu acho que”; “pelo que eu tenho uma ideia”; “pelo que eu entendi”; “sei lá”; “seria mais ou menos assim”. Isso comprova quão incompreendida está essa temática para elas. Trazemos como exemplo, as respostas de duas professoras, mas adiantamos que tais expressões foram comuns nos demais depoimentos:

*Ao meu ver o letramento é tudo que a criança está em contato, que ela está vendo, em casa. Eu tenho muitas dúvidas ainda. Tem muitos professores que tem essa dúvida: o que é letramento? É confuso ainda. Não é novo, só não está bem explicado, não está esclarecido. (PE-2)*

*Eu acho que letramento é tudo que envolve a leitura, que envolve a letra mesmo. Eu não sei como te responder. (PE-1)*

Reconhecemos que estamos tratando de um termo recentemente incluído em nossa literatura, cujas primeiras formulações datam da segunda metade da década de 1980. Segundo Soares (1998), à medida que uma maior parte da população teve acesso à escola, que o analfabetismo foi sendo gradativamente superado e que a sociedade se tornou cada vez mais grafocêntrica, uma nova situação se evidenciou: não mais bastava saber ler e escrever; era necessário saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade cotidianamente impunha. Dessa necessidade derivou o conceito de letramento, que representa uma mudança histórica nas práticas sociais que exigiram novas formas de usar a leitura e a escrita.

Além disso, o letramento é um fenômeno multifacetado e extremamente complexo, o que torna difícil atribuir-lhe uma definição única e precisa. Se isolarmos sua dimensão individual, o conceituaremos como um conjunto de habilidades essencialmente pessoais que envolvem a leitura e a escrita. Se privilegiarmos sua dimensão social, o veremos como um fenômeno cultural, um conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita e de exigências sociais de uso da língua escrita. Se partirmos de uma perspectiva liberal ou

progressista, evidenciaremos o valor pragmático do letramento: conjunto de habilidades necessárias para que o indivíduo aja adequadamente em práticas sociais de leitura e escrita. Se partirmos de uma perspectiva revolucionária ou radical, o definiremos como um conjunto de práticas concernentes à leitura e à escrita socialmente produzidas por meio de processos sociais mais amplos e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder. Portanto, é “impossível formular um conceito único de letramento adequado a todas as pessoas, em todos os lugares, em qualquer tempo, em qualquer contexto cultural ou político” (SOARES, 1998, p. 78).

Para conceituar letramento, algumas professoras sentiram necessidade de fazer menção ao processo de alfabetização. Acreditamos que isso se deve ao fato de, segundo Mortatti (2004), tanto a alfabetização como o letramento serem fenômenos complexos que mantêm entre si relações igualmente complexas, apesar das especificidades que os envolvem. Por isso, a dificuldade anteriormente anunciada evidenciou-se em respostas, como as exemplificadas a seguir, que apresentam incompletas formulações conceituais; confundem um conceito com o outro; consideram-nos como sinônimos; reconhecem-nos distintos, porém não conseguem delimitar as diferenças entre ambos. Vejamos o que disse PE-2:

*Letramento é a criança estar em contato direto, porque letramento é tudo que ela vê. Para mim a criança está em contato com o letramento. A alfabetização ela vai aprender. A gente vai alfabetizar a criança. Eu penso assim, mas não tenho isso bem esclarecido. (PE-2)*

Consideramos que o conceito elaborado pela PE-2 está incompleto, pois lhe faltou dizer com o que a criança precisa “estar em contato direto”. Provavelmente ela esteja se referindo às práticas sociais que envolvem a escrita e a leitura, ao complementar tal conceito com a frase: “é tudo que ela vê”. Vemos as afirmações “a alfabetização ela vai aprender” e “a gente vai alfabetizar a criança” como uma tentativa de estabelecer um paralelo entre alfabetização e letramento, provavelmente com a intenção de mostrar que, para o processo de alfabetização, não há como abrir mão de uma mediação revestida de

intencionalidade, embora a professora entrevistada não utilize os termos adequados para isso.

No depoimento a seguir, PE-1, ao afirmar que o letramento pode ocorrer “mesmo que você esteja na rua”, tentou conceituá-lo como “[...] processo de estar exposto aos usos sociais da escrita” (TFOUNI, 1995, p.7-8). No entanto, revelou quanto confusos estão, para ela, os conceitos de alfabetização e letramento, ao não conseguir diferenciar uma pessoa letrada de uma alfabetizada.

*O letramento, o letrar, envolve tudo, mesmo que você está na rua. Porque tem diferença da pessoa letrada e da pessoa alfabetizada. Ela pode conhecer as letras, mas pode não saber formar as palavras. Aqui [no centro de educação infantil] as crianças já conhecem o alfabeto. Então, eu acho que são letrados porque eles já conhecem alguns símbolos. (PE-1)*

Esclarecemos que um sujeito pode “não conhecer as letras” e “não saber formar palavras”, mas ter um determinado nível de letramento. Como o “letramento é uma variável contínua, e não discreta ou dicotômica” (SOARES, 1998, p.71), existem inúmeros estágios entre os dois extremos constituídos, por um lado, pelo mínimo absoluto de uso da leitura e da escrita, por outro, pelo completo domínio dessas habilidades nas mais diversas situações. Isso quer dizer que, mesmo os sujeitos que não dominam a linguagem escrita, desenvolvem habilidades para utilizá-la, pela exposição continuada, ainda que não sistematizada, a situações permeadas pela escrita.

Da mesma forma que um adulto analfabeto que vive em um meio em que a leitura está presente, que se interessa pela leitura de uma notícia de jornal ou de uma reportagem de revista feita em voz alta por um sujeito alfabetizado, que pede para alguém em um supermercado ler as informações que constam no rótulo de um produto, é, em determinada medida, uma pessoa letrada porque se envolve em práticas sociais de leitura e escrita, uma criança que ouve histórias lidas pelos pais ou pela professora de educação infantil, que folheia livros, que observa a leitura de um manual de eletrodoméstico, ou seja, que vive imersa no mundo da escrita é, de certa forma, letrada.



Portanto, as crianças que frequentam a educação infantil, conhecendo ou não o alfabeto, como disse PE-1, podem ser consideradas letradas em determinados níveis, pois são capazes de reconhecer rótulos, placas de trânsito, número ou destino do ônibus, entre muitas outras situações.

Semelhante à anterior, a resposta da PE-12 também indica confusão entre os significados dos termos alfabetizado e letrado:

*Alfabetizado todo mundo é, mas letrado nem todos, porque não tem o entendimento. Muitas coisas no dia-a-dia a gente sabe que tem que ser feita, que tem que ser praticada e às vezes a gente não faz porque a gente é um pouco relapsa, a gente deixa o nosso letramento, o nosso entendimento, um pouco de lado. O letramento é você entender e pôr em prática no seu dia-a-dia. A educação infantil tem muito a contribuir para que isso aconteça. (PE-12)*

Segundo Soares (1998), ao sujeito que sabe ler e escrever é dado o adjetivo “alfabetizado” e ao sujeito que se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam, é dado o adjetivo “letrado”. Na sociedade contemporânea, a instituição oficialmente responsável por tornar os sujeitos alfabetizados e letrados é a escola. Embora possamos todos ter um determinado grau de letramento, advindo ou não de experiências escolares, a apropriação da leitura e da escrita passa necessariamente por essa instituição, apesar de nem todos terem acesso a ela ou nela permanecerem até concluírem seus estudos. Isso implica dizer, ao contrário do que acima afirmou PE-12, que todos os sujeitos que vivem em uma sociedade grafocêntrica podem ter um determinado nível de letramento e, para isso, não precisam necessariamente ser alfabetizados. Foi o que Tfouni (1988) comprovou em sua pesquisa sobre o desenvolvimento cognitivo de um grupo de adultos não alfabetizados, concluindo que, em sociedades grafocêntricas, não há total identificação entre os termos analfabeto e iletrado e entre alfabetizado e letrado.

Portanto, o fato de a alfabetização e o letramento serem processos distintos, porém indissociáveis e interdependentes, pode ter contribuído para que PE-1 tenha definido alfabetização e letramento como sinônimos:

*Eu acho que o letramento só muda o nome. Eu acho que alfabetização e letramento é mais ou menos a mesma coisa, não é? (PE-1)*

Pode também ser o motivo pelo qual PE-14 reconheceu haver diferenças entre os processos de alfabetização e letramento, mas não conseguiu diferenciá-los:

*Eu acho que letramento é diferente de alfabetização. A criança, no letramento, na minha opinião, fala e já escreve e alfabetização é aquilo que a gente pede para a criança aprender, formular palavrinhas, alguma coisa assim. (PE-14)*

Concordamos, com base em Soares (2003b), a respeito da necessidade de a escola, de forma intencional e sistematizada, promover habilidades necessárias ao letramento por meio de eventos e práticas escolares voltadas para esse fim. Por isso, letramento não pode ser concebido como um pré-requisito para alfabetização e nem esta como condição para inserir a criança no mundo da escrita.

Acreditamos que a entrada da criança no mundo da escrita acontece tanto por meio da aquisição do sistema de escrita, como por meio de práticas (sociais e escolares) que envolvem a língua escrita. Ao nos posicionarmos dessa forma, estamos defendendo a indissociabilidade e interdependência dos dois processos. Segundo Soares (2004, p.14), dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque

*[...] a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de usos desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.*

Em consonância com essas explicações, poderíamos assim justificar a dificuldade das professoras entrevistadas em mostrar como compreendem o processo de letramento: trata-se de um termo que diz respeito a um fenômeno recente, complexo, de difícil definição e com pouca produção científica na área da educação infantil. Afirmamos isso com a convicção de que

assumir a imersão da criança no mundo da escrita como responsabilidade de um nível de escolaridade – educação infantil – é muito mais que promover situações de contato com os mais diversos textos escritos (porque isso a sociedade grafocêntrica na qual vivemos o faz com considerável competência); é também oportunizar a aprendizagem da leitura e da escrita.

Assumindo essa posição, acreditamos não estarmos desrespeitando o tempo de infância nem propondo a antecipação da escolarização. Trata-se de admitir a importância de alfabetizar letrando e letrar alfabetizando, como prática a ser realizada também com as crianças pequenas, de acordo com as possibilidades e os limites de seu nível de escolaridade. Isso exige que os profissionais que nele atuam compreendam tais processos como indissociáveis e interdependentes, porém distintos, e reconheçam que esta é uma condição para sistematizar a prática pedagógica e provê-la de intencionalidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto dos conceitos de alfabetização e letramento, elaborados por professoras de educação infantil, apresentados e analisados neste artigo, permite-nos fazer inferências a respeito das propostas curriculares dos cursos de formação de professores. Se os sujeitos dessa pesquisa fossem profissionais sem formação pedagógica inicial e inexperientes, concluiríamos este artigo, reafirmando a importância da formação pedagógica em nível médio e superior, conforme preconiza a legislação brasileira, por meio da Política Nacional de Educação Infantil (1994), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Porém o perfil das professoras é outro, o que nos leva a concluir que não é necessário apenas continuar insistindo na importância da formação inicial, nem apenas investindo na formação continuada desses profissionais, mas, sobretudo, encontrar outro modelo de formação inicial e em serviço. Sem dúvida, outras pesquisas serão necessárias para dar conta dessa tarefa. No momento, a certeza que temos é a de que tamanha empreitada requer muito mais que sessões de estudos, palestras, leitura de artigos e fragmentos de livros; requer formação sistemática (inicial e continuada) com grau de profundidade que permita alcançar uma compreensão satisfatória da

relação entre os processos de alfabetização e letramento e políticas públicas comprometidas com esse outro tipo de formação.

Por fim, vale destacar que as professoras entrevistadas, ao se disponibilizarem a participar da pesquisa ora apresentada, revelaram seus acertos, suas dificuldades e dúvidas, ou seja, ao demonstrarem o conhecimento que possuem sobre o tema em questão, revelaram a fragilidade de sua formação docente (inicial e continuada). Ao fazerem isso, nos provocaram a pensar sobre o espaço que as questões afeitas à alfabetização e ao letramento têm ocupado nas propostas pedagógicas e matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia. Dessa forma, elas indicaram um espaço para nossa atuação enquanto formadora de professores e revelaram o potencial que pode ser mobilizado para o seu crescimento profissional, em prol de uma educação infantil que respeite os direitos da criança e promova o seu desenvolvimento.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. Parecer CEB n. 22/98. Resolução CEB n.1, 7 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: CNE/CEB, 1999.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.
- LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. **Os processos de alfabetização e letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores**. Tese. 2008, 322f. (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2009.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, CEAL/Autêntica, 1998.
- \_\_\_\_\_. A reinvenção da alfabetização. **Presença pedagógica**. Belo Horizonte, n. 52, p. 15-21, jul./ago., 2003a.
- \_\_\_\_\_. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Global, 2003b. p. 89-113.

\_\_\_\_\_. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido:10/08/2010

Aceito:10/10/2010

**Endereço para correspondência:** Rua Marcelino Champagnat, 525 Zona 2 Maringá – PR CEP 87010-430 - E-mail: [mangelicaofl@ibest.com.br](mailto:mangelicaofl@ibest.com.br)